

ANO II - EDIÇÃO Nº 260 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 07 de abril de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 226/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Goiatins – TO, processos nº 50004341120138272720, no dia 25/04/2017, e nº 00009074820148272720, no dia 27/04/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 5 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 227/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR os prestadores de serviço voluntário, no Ministério Público do Estado do Tocantins, nas Promotorias de Justiça indicadas a seguir:

NOME	ÓRGÃO	DIAS DA SEMANA	VIGÊNCIA
CAMILA CRISTINA ROSA GLICÉRIO	4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins	Segunda a quinta-feira 14h às 16h30min	23/03/2017 a 25/06/2017
DANIEL ESTÊNIO ROCHA PINHEIRO LIMA	2ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Segunda a sexta-feira 9h às 12h	A partir de 24/11/2017
ELIANE MONTEIRO DA SILVA	28ª Promotoria de Justiça da Capital	Segunda a sexta-feira 8h às 12h	17/04/2017 a 17/10/2017
JEFFERSON MATHEUS CARVALHO GOMES	2ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Segunda a sexta-feira 9h às 12h	A partir de 17/02/2017
KARLA FERNANDA BRANQUINHO BENÍCIO	Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Segunda a sexta-feira 8h às 12h	A partir de 14/03/2017
LARA DE PAULA RIBEIRO	1ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Segunda, quarta, quinta e sexta-feira 8h às 12h	A partir de 02/02/2017

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

TOCANTINS, em Palmas, 5 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 228/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Promotores de Justiça ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR, ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO e MÁRCIA MIRELE STEFANELLO VALENTE para, em conjunto com o Promotor de Justiça VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA, atuarem nos autos dos inquéritos civis públicos nos 60/2015 e 69/2015, que tramitam na 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, acompanhando o feito até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: MARIA NATAL DE CARVALHO WANDERLEY

DESPACHO Nº 169/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pela Promotora de Justiça MARIA NATAL DE CARVALHO WANDERLEY, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga, a ser usufruída no dia 11 de abril de 2017, em compensação ao período de 20 a 24/03/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: RODRIGO GRISI NUNES

DESPACHO Nº 170/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

RODRIGO GRISI NUNES, para conceder-lhe 04 (quatro) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 06, 07, 10 e 11 de abril de 2017, em compensação ao período de 15, 16, 17/02/2015; 21 e 22/03/2015; 18, 19 e 20/04/2015, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA

DESPACHO Nº 171/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e do Ato nº 72/2016, considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, considerando a Portaria vigente que fixa a escala de plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados, bem como suas alterações respectivas, DEFIRO o pedido formulado pelo Promotor de Justiça DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2017, em compensação ao período de 18 e 19/07/2015; 26 e 27/09/2015 e 05 e 06/12/2015, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO

DESPACHO Nº 172/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO, para conceder-lhe 07 (sete) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 10 e 11 de abril e 19 a 23 de junho de 2017, em compensação aos dias 03/05/2015; 09 e 10/07/2016; 23 e 24/07/2016; 11, 13 e 14/08/2016; 27 e 28/08/2016; 24 e 25/09/2016, 17 a 21/10/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: LEONARDO GOUVEIA OLHÊ BLANCK

DESPACHO Nº 173/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça LEONARDO GOUVEIA OLHÊ BLANCK, para conceder-lhe 04 (quatro) dias de folga, a serem usufruídos no período de 17 a 20 de abril de 2017, em compensação aos dias 03 e 04/09/2016, 10, 11, 13 e 14/10/2016; 06 a 10/02/2017; 13 a 17/02/2017, os quais permaneceu

de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

APOSTILA Nº 014/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

APOSTILAR a Portaria nº 220/2017, que designou a Promotora de Justiça WERUSKA REZENDE FUSO PRUDENTE para atuar nas audiências de custódia da Comarca de Palmas – TO, no dia 06 de abril de 2017.

ONDE SE LÊ:

“atuar nas audiências de custódia da Comarca de Palmas – TO, no dia 06 de abril de 2017.”

LEIA-SE:

“atuar nas audiências de precatórias da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 06 de abril de 2017.”

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 060/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010158591201791, em 05 de abril de 2017, da lavra da Sra. Emannuella Sales Sousa Oliveira, Diretora de Expediente.

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Alline França Motta, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 03/04/2017 a 02/05/2017, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 05 de abril de 2017.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

AUTOS Nº: 2016/0701/00401

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 076/2016 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.
INTERESSADO: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI CÁCERES.

DESPACHO Nº 011/2017 – Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, combinado com o art. 2º, inciso IV, alínea “a”, item 8 do Ato nº 033/2017, estando devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato nº 014/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no Ofício Nº 067/2017/PREVI/DE, de 15 de março de 2017, da lavra da Diretora Executiva do Interessado, Luana Aparecida Ortega Piovesan, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 046/2017 - C.P.L./P.G.J, de 24 de março de 2017, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitados os limites de adesão fixados nos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZA a adesão do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI CÁCERES à Ata de Registro de Preços nº 076/2016 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o item 1, no valor total geral solicitado de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), mediante autorização do Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhem-se os presentes autos ao Departamento de Licitações para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 06 de abril de 2017.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

AUTOS Nº: 2016/0701/00084

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 039/2016 - Aquisição de Materiais de Reposição para o Laboratório de Informática.
INTERESSADA: SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO TOCANTINS.

DESPACHO Nº 012/2017 – Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, combinado com o art. 2º, inciso IV, alínea “a”, item 8 do Ato nº 033/2017, estando devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato nº 014/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no Ofício Nº 0472/2017/SGG, de 13 de março de 2017, da lavra do Secretário da Interessada, Cesarino Augusto César Pereira Sobrinho, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 045/2017 - C.P.L./P.G.J, de 24 de março de 2017, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitados os limites de adesão fixados nos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZA a adesão da SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO TOCANTINS à Ata de Registro de Preços nº 039/2016 - Aquisição de Materiais de Reposição para o Laboratório de Informática, na íntegra (todos os itens e respectivas quantidades), no valor total de R\$ 88.610,00 (oitenta e oito mil, seiscentos e dez

reais), mediante autorização do Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhem-se os presentes autos ao Departamento de Licitações para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 06 de abril de 2017.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

AUTOS Nº: 2016/0701/00401

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 076/2016 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional
INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DE SÃO PAULO.

DESPACHO Nº 013/2017 – Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, combinado com o art. 2º, inciso IV, alínea “a”, item 8 do Ato nº 033/2017, estando devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato nº 014/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no Ofício nº 129/2017-SMT.CH.GAB, de 21 de março de 2017, da lavra do Chefe de Gabinete da Interessada, João Manoel Scudeler de Barros, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 059/2017 - C.P.L./P.G.J, de 06 de abril de 2017, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitados os limites de adesão fixados nos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZA a adesão da SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DE SÃO PAULO à Ata de Registro de Preços nº 076/2016 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para os itens 1 e 2, no valor total geral solicitado de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), mediante autorização do Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhem-se os presentes autos ao Departamento de Licitações para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 06 de abril de 2017.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração

do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 062/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 054/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2014/9802.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual ilegalidade na contratação, mediante dispensa de licitação, do Banco do Brasil S/A, pelo Estado do Tocantins.

INVESTIGADO(S): Governo do Estado do Tocantins e Banco do Brasil S/A.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 29 de março de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 13/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 14/2017

INVESTIGANTE: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08; 2º, Inciso III, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP e 4º, §§ 3º e 4º Resolução nº 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Representação

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostos atos de improbidade administrativa, consistentes em ilegalidades envolvendo a contratação de serviços de assessoria jurídica e contábil pela Câmara Municipal de Aliança/TO, durante o ano de 2017, e negativa de atendimento à informação, em desconformidade com disposto na Lei nº 12.527/11

REPRESENTANTE: Walter Sousa do Nascimento e Anecir Vasconcelos Garcia

REPRESENTADO: Câmara Municipal de Aliança do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 04 de abril de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 03/04/2018.

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 001/2017
INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: NF 002/2017
FATO (S) EM APURAÇÃO: Averiguação de paternidade.
INVESTIGADO (S): Suposto pai
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 23 de fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).
PORTARIA Nº.: 002/2017
INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: NF 006/2017
FATO (S) EM APURAÇÃO: Averiguação de paternidade.
INVESTIGADO (S): Suposto pai
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 16 de março de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 022/2016
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: termo de declarações do senhor Claudeon Ribeiro da Silva, bem como das informações constantes no bojo da peça de informação

nº 007/2011.
FATOS EM APURAÇÃO: recebimento de salários por servidores públicos sem a efetiva prestação do serviço, no Município de Pequizeiro/TO.
INVESTIGADO: Poder Público Municipal e outros.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema, 12 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 025/2016
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: Procedimento nº 004/2011
FATOS EM APURAÇÃO: apurar a regularidade da destinação final dos resíduos sólidos produzidos no município de Goianorte/TO, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no município.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 04/06/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 027/2016
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO.
FATOS EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de irregularidades nas contas de ordenador de despesas do Município de Goianorte/TO, referente ao exercício de 2003.
INVESTIGADO: Pedro Pereira da Silva
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas/TO, 19 de julho de 2016.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!
OUVIDORIA MPE
Sugira · Denuncie · Questione